



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
PARTICIPATIVO
2009/2014**



**PLANO DE METAS REGIONAIS
2013/2014**

Somos TODOS GESTORES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Rua Almirante Barroso, 600 – Mocambo – 76.801-089 – Porto Velho/RO
(69)3211-6363
www.trt14.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO

2009/2014



PLANO DE METAS REGIONAIS

2013/2014

Aprovado pela Resolução Administrativa do Tribunal Pleno nº 049, de 28/05/2013, publicada no DEJT/TRT14, em 31/05/2013, resultado da revisão técnica para adequação ao SIGEST.

Porto Velho – RO
2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Biênio 2013/2014

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente, Corregedor e Gestor de Metas

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
Vice-Presidente

1ª TURMA DE JULGAMENTO
Elana Cardoso Lopes - Presidente
Maria Cesarineide de Souza Lima
Shikou Sadahiro - Juiz Convocado

2ª TURMA DE JULGAMENTO
Vania Maria da Rocha Abensur - Presidente
Socorro Guimarães
Carlos Augusto Gomes Lôbo
Francisco José Pinheiro Cruz

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA E DE COOPERAÇÃO
Antônio César Coêlho de Medeiros Pereira

ESCOLA JUDICIAL - EJUD
Desª. Maria Cesarineide Souza Lima

OUVIDORIA GERAL
Desª. Socorro Guimarães

COORDENAÇÃO DA REVISÃO TÉCNICA
DO PLANO ESTRATÉGICO EM RAZÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SIGEST
Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

FOTOS
Assessoria de Comunicação Social

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E DE APOIO JUDICIÁRIO

Diretoria de Serviços do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios

Maria Eleide Batista de Sales Mendes

Secretaria-Geral da Presidência

Charles Cezemer Pereira de Moraes

Secretaria Executiva da Escola Judicial - EJUD

Gabriela Santana Cardoso Rodrigues

Assistente da Ouvidoria Geral

Ester Marques da Luz

Assessoria Judicial da Presidência

Carlos Henrique dos Reis

Assessoria Administrativa da Presidência

Marcos Rogério Reis da Silva

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Frank Luz de Freitas

Assessoria de Comunicação Social

Celso Gomes

Secretaria do Tribunal Pleno

Hebert Eugenio Gonçalves

Secretaria da 1ª Turma de Julgamento

Nívea Wobeto Schramm de Souza

Secretaria da 2ª Turma de Julgamento

Alexandre Gonçalves Zimmermann

Secretaria da Corregedoria Regional

Edelmiro Pinto da Silva

Diretoria de Serviços de Controle Interno e Auditoria

Whander Jeffson da Silva Costa

Secretaria Judiciária

Maria de Nazaré Almeida Pena

Diretoria de Serviços de Cadastramento Processual e Distribuição

Herbert Rodrigues Lopes

Diretoria de Serviços Processuais e de Recursos

João Paulo Pelles

Diretoria-Geral das Secretarias

Romário Nunes Thaddeu

Secretaria Administrativa

Ernesto Cláudio Teixeira Leite

Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança

Héilton Alves de Aguiar

Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio

Hely Calixto da Cruz

Secretaria de Orçamento e Finanças

Cleuva Silva Sales de Souza

Secretaria de Gestão de Pessoas

Liduína Maria das Chagas Landim

Secretaria de Tecnologia e Informação

Robert Armando Rosa

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Rua Almirante Barroso, 600, bairro Mocambo

76.801-089 – Porto Velho/RO

(69)3211-6363

www.trt14.jus.br

Acesse o Portal da Gestão Estratégica

<http://www.trt14.jus.br/web/guest/gestao-estrategica>

APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico Participativo (PEP) do TRT 14ª Região foi aprovado pela Resolução Administrativa 86/2009 e, ao longo de sua vigência, sofreu os ajustes das resoluções 116/2009 e 34/2010, e da revisão técnica ocorrida no início deste ano, visando, sempre, assegurar o controle da estratégia estabelecida e o alcance dos objetivos institucionais.

Para melhor gerenciamento da estratégia, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) apresentou, por meio da Resolução 122/2013, o Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST, para ser utilizado pelos vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho.

A partir de agora, o acompanhamento da execução da gestão estratégica nos tribunais trabalhistas será realizado, exclusivamente, por meio desse sistema, no qual devem ser lançados os resultados dos indicadores da Justiça do Trabalho e do planejamento estratégico, os índices de cumprimento das metas nacionais, os planos de ação, projetos e demais informações da gestão, com muito mais transparência.

Durante as oficinas de revisão técnica do planejamento estratégico, houve a participação dos gestores na redefinição dos indicadores e metas para o biênio 2013/2014, consolidando, assim, o modelo de gestão participativa.



ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
Presidente, Corregedor e Gestor de Metas

*Somos
Todos
Gestores*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	9
3 EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA	11
4 MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS	13
5 DETALHAMENTO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	14
6 ALINHAMENTO DOS INDICADORES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	37
7 PLANO DE METAS REGIONAIS PARA 2013/2014	42
8 EIXOS CENTRAIS PARA 2013/2014	47
MAPA ESTRATÉGICO CORPORATIVO DO TRT DA 14ª REGIÃO	48

*Somos
Todos
Gestores*



1 INTRODUÇÃO

A Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região terá os seguintes direcionadores estratégicos, em razão das competências estabelecidas na Resolução Administrativa nº 094/2010 que aprovou o Regulamento Geral das Secretarias (RGS) deste Regional e das Resoluções nºs 086, de 22 de setembro de 2009 e 116, de 15 de dezembro de 2009 que aprovaram o Planejamento Estratégico Participativo.

I – Alinhamento da estratégia institucional com o planejamento estratégico da Justiça do Trabalho e as normas do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

II – Incentivo ao desenvolvimento e gestão de pessoas, gestão do conhecimento, com foco em resultados, competências, comunicação interna e externa da Estratégia aprovada pelo Tribunal;

III – Fomento às boas práticas de gestão e à utilização do Escritório de Projetos;

IV – Desdobramento da estratégia até o nível operacional, e fomento à correção participativa e ao processo administrativo eletrônico;

V – Monitoramento do desempenho por intermédio das Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, precedida de reuniões setoriais

VI – Elaboração e controle de projetos e planos de ação para o alcance das metas;

VII – Revisão das ações de metas não alcançadas, visando seu objetivo.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do TRT 14ª Região abrangerá período de 5 (cinco) anos, cujos trabalhos de elaboração, consolidação e revisão terão o envolvimento das lideranças sob o patrocínio da Presidência e coordenação da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

No último ano do quinquênio de que trata o *caput*, os gestores das unidades estratégicas serão convocados pela Presidência para participar da elaboração da proposta do novo Planejamento Estratégico, que deverá ser submetida ao Tribunal Pleno, até a sua última sessão administrativa do exercício.

Aprovada pelo Tribunal Pleno, a proposta de Planejamento Estratégico denominar-se-á Plano Estratégico.

O Plano Estratégico poderá sofrer revisão periódica, a fim de atualizar os seus termos, realinhando-os às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem ainda às mudanças de cenários interno e externo com influência direta na gestão do Regional, sem prejuízo da continuidade administrativa.

Os casos de inclusão, exclusão e alteração de objetivos estratégicos do mapa estratégico institucional e dos demais planos atuais e futuros deverão ser precedidos de análise pelas lideranças estratégicas e deliberação da Presidência antes de submetê-los ao Tribunal Pleno.

Para cada objetivo estratégico deverá ser definido pelo menos um indicador de resultado, que conterà como itens de verificação parâmetros e metas de curto, médio e longo prazos, além de projetos e ações julgados suficientes e necessários para o atingimento das metas fixadas.

A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional atuará no suporte técnico, visando a implementação e desdobramento do planejamento estratégico em todas as áreas internas de gerenciamento de projetos, otimização de processos de trabalho, acompanhamento de indicadores para a gestão da informação e de estudos para reestruturação organizacional e funcional de unidades administrativas e



judiciárias, com auxílio técnico-científico do Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio da parceria mantida com o programa Gespública nacional e estadual.

As propostas orçamentárias anuais do TRT da 14ª Região, os Planos de TIC, PCI e demais indicadores devem ser alinhadas ao Plano Estratégico Institucional, Plano Estratégico de TIC, Plano de Comunicação Institucional e demais iniciativas, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

A Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região fica autorizada a revisar e atualizar periodicamente os termos desta Resolução, de modo a adequá-los às alterações fáticas supervenientes.

3 EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

Os indicadores, metas, projetos e planos de ação do Plano Estratégico do TRT 14ª Região deverão ser permanentemente monitorados e os seus resultados analisados, por meio de ferramenta tecnológica corporativa denominada Sistema de Gestão da Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST.

Caberá aos gestores das unidades administrativas e judiciárias vinculadas aos projetos, temas, objetivos e indicadores, alimentar e atualizar periodicamente as informações no SIGEST, observados os critérios, prazos e condições definidos na presente Resolução e nas normas internas que venham a disciplinar a matéria.

Serão realizadas, anualmente, quatro Reuniões de Análise da Estratégica (RAE), precedidas de reuniões setoriais sob o patrocínio da Presidência e coordenadas pela Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região deverá inserir no SIGEST os seguintes dados:

I – Os objetivos estratégicos, indicadores, metas, projetos e planos de ação estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, Plano Estratégico da Comunicação Institucional e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Regional;

II – Os indicadores e as metas nacionais estabelecidos pelo CSJT e CNJ;

III – Os mapas de contribuição das unidades judiciárias e administrativas.

Os planos táticos e operacionais das unidades judiciárias e administrativas e os dados estatísticos de natureza operacional sem vínculo direto com os indicadores estratégicos, a critério da alta administração, poderão ser inseridos no SIGEST.

Os usuários que utilizarem o SIGEST deverão pertencer a um perfil de acesso ao sistema, conforme a seguinte classificação:

I – Perfil 01 (Gestor): atribuído ao Presidente e Corregedor Regional, ao Vice-Presidente, ao Diretor-Geral das Secretarias, ao Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e aos responsáveis pelo monitoramento de objetivos, indicadores e projetos estratégicos do Regional;

II – Perfil 02 (Administrador): atribuído aos servidores da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

III – Perfil 03 (Alimentador de Dados): atribuído aos servidores lotados nas unidades detentoras das informações;

IV – Perfil 04 (Usuário): atribuído a todos os servidores interessados, sem responsabilidades definidas no gerenciamento da estratégia, que terão permissão apenas para consulta e navegação no sistema;

Competirá à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional efetuar o cadastro dos usuários no sistema, bem como monitorar a qualidade dos dados inseridos no SIGEST pelas unidades detentoras das informações.

Havendo mudança de lotação, atribuição, afastamento definitivo ou temporário do usuário, o gestor da unidade onde houve a alteração deverá comunicar o fato imediatamente à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para procedimentos de ajustes ou cancelamento de credenciais de acesso.

O prazo para a inserção dos dados no sistema será até o 5º dia útil de cada mês, quando a mensuração for mensal; até o 5º dia útil de cada bimestre, quando a mensuração for bimestral; e assim sucessivamente.

Os serviços de suporte técnico no sistema, com relação ao cadastramento de áreas, colaboradores, objetivos estratégicos, indicadores, metas, projetos, mapas, senhas dos usuários, revalidações e treinamentos na ferramenta e no gerenciamento da estratégia, ressalvadas as competências da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, serão exercidos pela Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

A fidedignidade dos lançamentos será de responsabilidade do gestor de cada unidade, na forma do que dispõe a Resolução nº 49/2007 do CNJ, onde presumir-se-ão verdadeiros os dados estatísticos informados pelas unidades, sendo passível de responsabilização administrativa as informações inconsistentes inseridas no SIGEST.

4 MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS

Indicador 01 Índice de acesso à Justiça

Indicador 02 Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (1º grau)

Indicador 03 Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (2º grau)

Indicador 04 Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau)

Indicador 05 Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (1º grau)

Indicador 06 Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (2º grau)

Indicador 07 Índice de atendimento da Demanda (1º e 2º graus)

Indicador 08 Índice de atendimento da demanda na execução

Indicador 09 Número de processos antigos

Indicador 10 Índice de responsabilidade social

Indicador 11 Índice de consumo de papel

Indicador 12 Índice de consumo de água

Indicador 13 Índice de consumo de energia

Indicador 14 Índice de desdobramento da estratégia nas unidades do Regional

Indicador 15 Índice de Cooperação

Indicador 16 Índice de Sucesso na execução dos projetos estratégicos

Indicador 17 Índice de cumprimento das metas nacionais

Indicador 18 Índice de cumprimento das metas regionais

Indicador 19 Índice de execução do orçamento estratégico

Indicador 20 Índice de execução orçamentária

Indicador 21 Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (Pregão)

Indicador 22 Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)

Indicador 23 Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93

Indicador 24 Índice de agilidade na publicação de acórdãos

Indicador 25 Índice médio de tempo de tramitação

Indicador 26 Índice de divulgação na mídia

Indicador 27 Índice de sucesso na execução do plano de comunicação

Indicador 28 Índice de clima organizacional

Indicador 29 Índice de capacitação

Indicador 30 Índice de capacitação individual

Indicador 31 Índice de absenteísmo

Indicador 32 Índice de prevenção a saúde

Indicador 33 Índice de cumprimento das metas do PETIC

Indicador 34 Índice de sucesso na execução de projetos de TIC

Indicador 35 Índice de implantação do Processo Judicial Eletrônico

Indicador 36 Índice de condições de trabalho

Indicador 37 Índice de Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica

Indicador 38 Índice de satisfação social

Indicador 39 Índice de atraso na tramitação dos processos

5 DETALHAMENTO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

Indicador 1 - Índice de acesso à Justiça		
O que mede	O nível de acesso da Justiça do Trabalho com o cidadão	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria Judiciária e Secretaria da Corregedoria Regional	
Por que medir	Para avaliar nível de acesso da Justiça do Trabalho com o cidadão	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Total de casos novos no 2º grau} + \text{Total de casos novos de conhecimento em 1º grau} + \text{Total de casos novos de execução em 1º grau}) / \text{Número de habitantes}$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Responsáveis	
	Total de casos novos no 2º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de casos novos de conhecimento em 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de casos novos de execução em 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Número de habitantes	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	2012: 0,04 processos/habitante Memória de Cálculo: população economicamente ativa (AC-homens e mulheres): 303.666 pessoas; população economicamente ativa (RO-homens e mulheres): 774.821 pessoas, totalizando 1.078.487 pessoas – dados do censo 2010. Casos novos: 43.575 processos	
Meta	Ampliar em 15% o acesso da Justiça do Trabalho com o cidadão	
	2013: 10% (0,044 processos/habitante); 2014: 15% (0,046 processos/habitante)	

Indicador 2 - Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (1º grau)	
O que mede	Congestionamento de processos de 1º grau
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Secretaria da Corregedoria Regional
Por que medir	Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau
Como medir (fórmula de cálculo)	$1 - [(\text{Total de processos judiciais baixados de conhecimento no 1º grau}) / (\text{Casos novos de conhecimento no 1º grau} + \text{Casos pendentes de conhecimento no 1º grau})]$
Polaridade	Para baixo

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos judiciais baixados de conhecimento no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos novos de conhecimento no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos pendentes de conhecimento no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	2008: 13,82%; 2009: 13,60%; 2010: 12,40%; 2011: 11,90%; 2012: 14,65%	
Meta	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau, até 2014	
	2013: 13,18%; 2014: 12,45%	

Indicador 3 - Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (2º grau)		
O que mede	Congestionamento de processos de 2º grau	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria da Corregedoria Regional	
Por que medir	Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 2º grau	
Como medir (fórmula de cálculo)	$1 - \left[\frac{\text{Total de processos judiciais baixados no 2º grau}}{\text{Casos novos no 2º grau} + \text{Casos pendentes no 2º grau}} \right]$	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos judiciais baixados no 2º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos novos no 2º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos pendentes no 2º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	2009: 3,04%; 2010: 3,66%; 2011: 1,32%; 2012: 2,38%	
Meta	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 2º grau	
	2013: 2,14%; 2014: 2%	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 4 - Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau)		
O que mede	Congestionamento de processos de execução	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria da Corregedoria Regional	
Por que medir	Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º grau	
Como medir (fórmula de cálculo)	1-[(Total de processos de execução baixados no 1º grau)/(Casos de execução novos no 1º grau +Casos de execução pendentes no 1º grau)]	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Total de processos de execução baixados no 1º grau	Responsáveis Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos de execução novos no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos de execução pendentes no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	2009: 73,31%; 2010: 78,28%; 2011: 55,55%; 2012: 62,08%	
Meta	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º grau	
	2013: 55,87%; 2014: 52,76%	
Indicador 5 - Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (1º grau)		
O que mede	O número de processos julgados	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretarias da Corregedoria Regional e Gestão de Pessoas	
Por que medir	Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos magistrados no 1º grau.	
Como medir (fórmula de cálculo)	Total de processos de conhecimentos baixados no 1º grau/Número de magistrados providos no 1º grau	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de processos de conhecimentos baixados no 1º grau	Responsáveis Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Número de magistrados providos no 1º grau	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2009: 442; 2010: 480; 2011: 558; 2012: 574	
Meta	Aumentar em 15% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 1º grau, até 2014.	
	2013: 630 processos/magistrado; 2014: 660 processos/magistrado	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 6 - Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (2º grau)		
O que mede	O número de processos julgados	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretarias da Corregedoria Regional e Gestão de Pessoas	
Por que medir	Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos magistrados no 2º grau	
Como medir (fórmula de cálculo)	Total de processos de conhecimentos baixados no 2º grau/Número de magistrados providos no 2º grau	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de processos de conhecimentos baixados no 2º grau	Responsáveis Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Número de magistrados providos no 2º grau	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2009: 690; 2010: 848; 2011: 757; 2012: 919	
Meta	Aumentar em 10% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 2º grau, até 2014.	
	2013: 964 processos/magistrado; 2014: 1.000 processos/magistrado	

Indicador 7 – Índice de atendimento da Demanda (1º e 2º graus)	
O que mede	A entrada e saída de processos em 1º e 2º graus
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Secretaria da Corregedoria Regional
Por que medir	Indicar a capacidade de atendimento no 1º e 2º graus
Como medir (fórmula de cálculo)	$\left(\frac{\text{Total de processos baixados no 2º grau} + \text{Total de processos baixados no 1º grau} + \text{Total de processos baixados de execução fiscal no 1º grau} + \text{Total de processos baixados de execução de títulos extrajudiciais no 1º grau (exceto execuções fiscais)} + \text{Total de processos baixados de execução judicial no 1º grau}}{\text{Total de casos novos no 2º grau} + \text{Total de casos novos de conhecimento no 1º grau} + \text{Total de casos novos de execução fiscal no 1º grau} + \text{Total de casos novos de execução de título judicial no 1º grau (exceto execuções fiscais)} + \text{Total de execuções judiciais no 1º grau}} \right) \times 100$
Polaridade	Para cima

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de processos baixados no 2º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de processos de conhecimento baixados no 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de processos baixados de execução fiscal no 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de processos baixados de execução de títulos extrajudiciais no 1º grau (exceto execuções fiscais)		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de processos baixados de execução judicial no 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de casos novos no 2º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de casos novos de conhecimento no 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de casos novos de execução fiscal no 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Total de casos novos de execução de título judicial no 1º grau (exceto execuções fiscais) e execuções judiciais em 1º grau		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	1º grau 2009: 96%; 2010: 99%; 2011: 100%; 2012: 96% 2º grau 2009: 106%; 2010: 99%; 2011: 100,31%; 2012: 90,46%	
Meta	Manter em 100% o atendimento à demanda 2013: 100%; 2014: 100%	

Indicador 8 – Índice de atendimento da demanda na execução	
O que mede	A entrada e saída de processos de execução no 1º grau
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Secretaria da Corregedoria Regional
Por que medir	Indicar a capacidade de atendimento nos casos de execução no 1º grau
Como medir (fórmula de cálculo)	$\left(\frac{\text{Total de processos baixados de execução fiscal no 1º grau} + \text{Total de processos baixados de execução de títulos extrajudiciais no 1º grau, exceto execuções fiscais} + \text{Total de processos baixados de execução judicial no 1º grau}}{\text{Casos novos de execução fiscal no 1º grau} + \text{Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e execuções judiciais em 1º grau, no período}} \right) \times 100.$
Polaridade	Para cima

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos baixados de execução fiscal no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos baixados de execução de títulos extrajudiciais no 1º grau, exceto execuções fiscais	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos baixados de execução judicial no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos novos de execução fiscal no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais e execuções judiciais em 1º grau no período	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Total de processos baixados de execução judicial no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Manter em 80% o atendimento à demanda dos processos baixados de execução em relação aos casos novos de execução no 1º grau	
	2013: 70%; 2014: 80%	

Indicador 9 – Número de processos antigos		
O que mede	Quantidade de processos pendentes	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria Judiciária	
Por que medir	Evitar o acúmulo de processos antigos	
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade de processos pendentes	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria Judiciária
Linha de tendência	2010: 80 processos pendentes; 2011: 48 processos pendentes; 2012: 81 processos pendentes	
Meta	Zerar até o dia 15 de dezembro de cada ano os processos distribuídos até o dia 31 do ano anterior	
	2013: 0 processo; 2014: 0 processo	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 10 – Índice de responsabilidade social		
O que mede	Número de pessoas beneficiadas com os projetos sociais	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Seção de Convênios e Programas Socioambientais	
Por que medir	Para avaliar os resultados das ações voltadas para promoção da cidadania	
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade de pessoas beneficiadas	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Projeto JT vai à Escola	Responsáveis Gestor da Seção de Convênios e Programas Socioambientais
	Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Projeto JT vai à Empresa	Gestor da Seção de Convênios e Programas Socioambientais
	Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Projeto JT de Portas Abertas	Gestor da Seção de Convênios e Programas Socioambientais
	Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Projeto JT Solidária	Gestor da Seção de Convênios e Programas Socioambientais
	Quantidade de pessoas beneficiadas pelo Programa Amanajé	Gestor da Seção de Convênios e Programas Socioambientais
Linha de tendência	2010: 10.328; 2011: 13.008; 2012: 11.254	
Meta	Alcançar 25.000 pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais, até 2014	
	2013: 12.000 pessoas beneficiadas; 2014: 13.000 pessoas beneficiadas	

Indicador 11 – Índice de consumo de papel	
O que mede	O consumo de papel A4
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio e Secretaria de Gestão de Pessoas
Por que medir	Para promover a redução de custos e a responsabilidade socioambiental
Como medir (fórmula de cálculo)	Total de resmas de papel A4 consumidas/Total de Colaboradores

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Total de resmas de papel A4 consumidas	Responsáveis Gestor da Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio
	Total de Colaboradores	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2010: 10,64 resmas <i>per capita</i> ; 2011: 8,79 resmas <i>per capita</i> ; 2012: 9,35 resmas <i>per capita</i>	
Meta	Reduzir em 30% o consumo de papel <i>per capita</i> , até 2014	
	2013: 25% (7 resmas <i>per capita</i>); 2014: 30% (6,5 resmas <i>per capita</i>)	

Indicador 12 – Índice de consumo de água		
O que mede	O consumo de água	
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Seção de Engenharia e Secretaria de Gestão de Pessoas	
Por que medir	Para promover a redução de custos e a responsabilidade socioambiental	
Como medir (fórmula de cálculo)	Volume total de água consumida/Total de colaboradores	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Volume total de água consumida	Responsáveis Gestor da Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança
	Total de colaboradores	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2010: 33,33 m ³ <i>per capita</i> ; 2011: 22,87 m ³ <i>per capita</i> ; 2012: 22,57 m ³ <i>per capita</i> (foram considerados para a medição somente as unidades, onde o fornecimento de água é feito por companhia distribuidora)	
Meta	Reduzir para 18 m ³ <i>per capita</i> , até 2014	
	2013: 20 m ³ <i>per capita</i> ; 2014: 18 m ³ <i>per capita</i>	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 13 – Índice de consumo de energia		
O que mede	O consumo de energia	
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Seção de Engenharia	
Por que medir	Para promover a redução de custos e a responsabilidade socioambiental	
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade de consumo per capita de energia elétrica, em Kwh	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Consumo total de energia	Responsáveis Gestor da Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança
	Total de colaboradores	Gestor da Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança
Linha de tendência	2010: 4.243 Kwh <i>per capita</i> ; 2011: 4.374 Kwh <i>per capita</i> ; 2012: 4.894 Kwh <i>per capita</i>	
Meta	Reduzir para 4.000 Kwh o consumo de energia <i>per capita</i> , até 2014	
	2013: 4.300 Kwh <i>per capita</i> ; 2014: 4.000 Kwh <i>per capita</i>	

Indicador 14 – Índice de desdobramento da estratégia nas unidades do Regional		
O que mede	O nível de desdobramento da estratégia nas unidades do Regional	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Por que medir	Para avaliar o nível de desdobramento da estratégia	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Total de Varas do Trabalho com Mapa de Contribuição} / \text{Total das Varas do Trabalho}) \times 100$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de Varas do Trabalho com Mapa de Contribuição	Responsáveis Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
	Total das Varas do Trabalho	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	2012: foi aplicado o desdobramento da estratégia em 8 (oito) Varas do Trabalho
Meta	Alcançar 50% das Varas do Trabalho com mapas de contribuição, até 2014
	2013: 37% (12 varas); 2014: 50% (16 varas)

Indicador 15 – Índice de Cooperação		
O que mede	O nível de cooperação do Regional	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Por que medir	Para avaliar o nível de cooperação do Regional	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Total de parcerias vigentes que geraram resultados concretos nos últimos 12 meses/total de parcerias vigentes) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de parcerias vigentes que geraram resultados concretos nos últimos 12 meses	Responsáveis
	Total de parcerias vigentes	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Alcançar 100% das parcerias vigentes com resultados concretos nos últimos 12 meses, até 2014	
	2013: 90%; 2014: 100%	

Indicador 16 – Índice de Sucesso na execução dos projetos estratégicos	
O que mede	O índice de projetos estratégicos
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Escritório de Projetos
Por que medir	Avaliar a efetividade dos projetos estratégicos
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade de projetos estratégicos executados dentro do prazo e escopo acordados/total de projetos estratégicos
Polaridade	Para cima

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
	Quantidade de projetos estratégicos executados dentro do prazo e escopo acordados	
	Total de projetos estratégicos	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Alcançar 90% dos projetos estratégicos concluídos dentro do cronograma, escopo e custo previstos	
	2013: 80%; 2014: 90%	

Indicador 17 – Índice de cumprimento das metas nacionais		
O que mede	O índice de metas nacionais alcançadas	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Escritório de Projetos	
Por que medir	Aferir o cumprimento das metas nacionais planejadas	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Número de metas nacionais cumpridas no ano} / \text{Total de metas nacionais para cumprimento}) \times 100$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
	Número de metas nacionais cumpridas no ano	
	Total de metas nacionais para cumprimento	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Linha de tendência	2009: 100%; 2010: 80%; 2011: 100%; 2012: 70%	
Meta	Alcançar 100% das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça	
	2013: 100%; 2014: 100%	

Indicador 18 – Índice de cumprimento das metas regionais		
O que mede	O índice de metas regionais alcançadas	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Escritório de Projetos	
Por que medir	Aferir o cumprimento das metas regionais planejadas	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Como medir (fórmula de cálculo)	(Metas estratégicas do plano do tribunal alcançadas/Total de metas estratégicas do plano) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Metas estratégicas do plano do tribunal alcançadas/	Responsáveis Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
	Total de metas estratégicas do plano	Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Linha de tendência	2010: 45%; 2011: 57%; 2012: 62%	
Meta	Alcançar 90% das metas estratégicas do plano do tribunal, até 2014	
	2013: 80%; 2014: 90%	

Indicador 19 – Índice de execução do orçamento estratégico		
O que mede	O orçamento executado na estratégia	
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria-Geral das Secretarias	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria de Orçamento e Finanças	
Por que medir	Verificar se o orçamento estratégico está sendo executado	
Como medir (fórmula de cálculo)	[(Valor executado nas iniciativas estratégicas)/Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas]*100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Valor executado nas iniciativas estratégicas	Responsáveis Gestor da Secretaria de Orçamento e Finanças
	Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas	Gestor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Linha de tendência	2011: 100%; 2012: 61,44%	
Meta	Executar 100% do orçamento destinado as iniciativas estratégicas	
	2013: 100%; 2014: 100%	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 20 – Índice de execução orçamentária		
O que mede	O orçamento geral executado	
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria-Geral das Secretarias	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria de Orçamento e Finanças	
Por que medir	Verificar se o orçamento geral disponibilizado está sendo executado	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Valor executado do orçamento no período} / \text{Valor total do orçamento disponibilizado}) \times 100$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Valor executado do orçamento no período	Responsáveis Gestor da Secretaria de Orçamento e Finanças
	Valor total do orçamento disponibilizado	Gestor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Linha de tendência	2010: 98%; 2011: 99,62%; 2012: 99,04%	
Meta	Executar 100% do orçamento geral	
	2013: 100%; 2014: 100%	

Indicador 21 – Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (Pregão)		
O que mede	O prazo médio de processos de aquisição de bens e serviços, na modalidade pregão	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Administrativa	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Secretaria Administrativa e Diretoria Geral das Secretarias	
Por que medir	Aferir o grau de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços, na modalidade pregão	
Como medir (fórmula de cálculo)	$\text{Somatório (data da publicação - data do protocolo)} / \text{Total de processos de aquisição de bens e serviços, na modalidade pregão}$	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Somatório dos prazos dos processos de aquisição de bens e serviços, na modalidade pregão, entre a data da publicação e a data do protocolo.	Responsáveis Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro
	Total de processos de aquisição de bens e serviços, na modalidade pregão	Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	2011: 38%; 2012: 68% (percentuais de processos concluídos dentro do prazo padrão de 70 dias, obtidos pelo método anterior)
Meta	Alcançar o prazo médio de até 80 dias, até 2014
	2013: 90 dias; 2014: 80 dias

Indicador 22 – Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)

O que mede	O prazo médio de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Administrativa	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Secretaria Administrativa e Diretoria Geral das Secretarias	
Por que medir	Aferir o grau de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa de licitação (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93).	
Como medir (fórmula de cálculo)	Somatório (data da publicação - data do protocolo)/Total de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Somatório dos prazos dos processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93), entre a data da publicação e a data do protocolo.	Responsáveis Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro
	Total de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro
Linha de tendência	Dispensa: 2010: 39%; 2011:74%; 2012: 90% Inexigibilidade: 2010: 20%; 2011:62%; 2012:63% (percentuais de processos concluídos dentro do prazo padrão de 15 dias, obtidos pelo método anterior)	
Meta	Alcançar o prazo médio de até 15 dias, até 2014	
	2013: 20 dias; 2014: 15 dias	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Indicador 23 – Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93		
O que mede	O prazo médio de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Administrativa	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Secretaria Administrativa e Diretoria Geral das Secretarias	
Por que medir	Aferir o grau de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	
Como medir (fórmula de cálculo)	Somatório (data da publicação - data do protocolo)/Total de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Somatório dos prazos dos processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93, entre a data da publicação e a data do protocolo	Responsáveis Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro
	Total de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	Gestor da Seção de Licitações e Pregoeiro
Linha de tendência	Dispensa: 2010: 39%; 2011: 74%; 2012: 90% Inexigibilidade: 2010: 20%; 2011: 62%; 2012: 63% (percentuais de processos concluídos dentro do prazo padrão de 15 dias, obtidos pelo método anterior)	
Meta	Alcançar o prazo médio de até 15 dias, até 2014	
	2013: 20 dias; 2014: 15 dias	

Indicador 24 – Índice de agilidade na publicação de acórdãos		
O que mede	Prazo para publicação de acórdãos, contado após o julgamento do processo	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria da 2ª Turma de Julgamento	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretarias da 1ª e 2ª Turmas e Tribunal Pleno	
Por que medir	Verificar o prazo de publicação dos acórdãos	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Total de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 48 horas/total de acórdãos publicados)*100	
Polaridade	Para cima	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
		Gestor da Secretaria do Tribunal Pleno
	Acórdãos publicados dentro do prazo padrão (48 horas) pela Sec. da 1ª Turma	Gestor da Secretaria da Primeira Turma
	Acórdãos publicados dentro do prazo padrão (48 horas) pela Sec. da 2ª Turma	Gestor da Secretaria da Segunda Turma
	Total de acórdãos publicados pelo Tribunal Pleno	Gestor da Secretaria do Tribunal Pleno
	Total de acórdãos publicados pela Sec. da 1ª Turma	Gestor da Secretaria da Primeira Turma
	Total de acórdãos publicados pela Sec. da 2ª Turma	Gestor da Secretaria da Segunda Turma
Linha de tendência	2010: 100%; 2011: 100%; 2012: 100%	
Meta	Publicar 95% dos acórdãos em até 48 horas (considerando a redução do prazo de 10 dias para 48 horas)	
	2013: 95%; 2014: 95%	

Indicador 25 – Índice médio de tempo de tramitação		
O que mede	Duração do processo judicial	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria Judiciária	
Por que medir	Mensurar o prazo de tramitação do processo judicial	
Como medir (fórmula de cálculo)	Tempo médio de tramitação na fase de conhecimento no 1º grau+Tempo médio de tramitação na fase de execução no 1º grau+Tempo médio de tramitação no 2º grau	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Responsáveis	
	Tempo médio de tramitação na fase de conhecimento no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Tempo médio de tramitação na fase de execução no 1º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Tempo médio de tramitação no 2º grau	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	2011: 88,5 dias sem o tempo médio de execução. Memória de Cálculo: (1º grau rito ordinário: 55 dias); (1º grau rito sumaríssimo: 38 dias); (2º grau: 42 dias). Tempo médio de tramitação: $[(55+38)/2]+42=88,5$ dias. 2012: 535 dias, incluindo o tempo médio de execução. Memória de Cálculo: (1º grau rito ordinário: 67 dias); (1º grau rito sumaríssimo: 48 dias); (2º grau: 49 dias). Tempo médio de tramitação: $[(67+48)/2]+49=106,5$ dias sem execução. Tempo médio da execução no 1º grau: empresas privadas – sumaríssimo: 321 dias; ordinário: 445 dias; entes públicos – ordinário: 520 dias. Média: $(321+445+520)/3=428,6$ dias	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Meta	Diminuir em 15% o tempo médio de tramitação do processo judicial do ajuizamento da ação no 1º grau até a baixa no 2º grau
	2013: 10% (481 dias); 2014: 15% (455 dias)

Indicador 26 – Índice de divulgação na mídia		
O que mede	As publicações sobre o tribunal publicadas na mídia	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Comunicação Social	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Assessoria de Comunicação Social	
Por que medir	Proporcionar publicidade e transparência das ações institucionais para avaliação e realinhamento das atividades de comunicação	
Como medir (fórmula de cálculo)	Total de publicações sobre o tribunal veiculadas na mídia (pelos órgãos de comunicação: sites, blogs, jornais, televisões, rádios e mídias sociais)	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de publicações sobre o tribunal veiculadas na mídia	Responsáveis
		Gestor da Assessoria de Comunicação Social
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Alcançar a média de 100 publicações mensais sobre o tribunal veiculadas na mídia	
	2013: 80 publicações mensais; 2014: 100 publicações mensais	

Indicador 27 – Índice de sucesso na execução do plano de comunicação		
O que mede	O cumprimento das ações estabelecidas no Plano de Comunicação Institucional do TRT da 14ª Região	
Responsável pelo indicador	Gestor da Assessoria de Comunicação Social	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Assessoria de Comunicação Social	
Por que medir	A efetividade das ações do Plano de Comunicação Institucional	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Quantidade de ações do Plano de Comunicação concluídas dentro do prazo e escopo acordados/Quantidade de ações concluídas) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Quantidade de ações do Plano de Comunicação concluídas dentro do prazo e escopo acordados	Responsáveis
		Gestor da Assessoria de Comunicação Social
	Quantidade de ações concluídas	Gestor da Assessoria de Comunicação Social
Linha de tendência	2010: dado inexistente; 2011: dado inexistente; 2012: dado inexistente	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Meta	Executar pelo menos 80% das ações do Plano de Comunicação dentro do prazo e escopo acordados
	2013: 70%; 2014: 80%

Indicador 28 – Índice de clima organizacional		
O que mede	O clima organizacional	
Responsável pelo indicador	Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde	
Periodicidade	Anual	
Onde medir	Seção de Psicologia	
Por que medir	Avaliar o índice de satisfação dos servidores	
Como medir (fórmula de cálculo)	Por meio da pesquisa do clima organizacional * pendente de estudos de GT CSJT/TRT's	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
	Local de trabalho	Gestor da Seção de Assistência Psicossocial
	Salários e benefícios	Gestor da Seção de Assistência Psicossocial
	Realidade funcional da unidade de trabalho	Gestor da Seção de Assistência Psicossocial
	Relações interpessoais e gestão	Gestor da Seção de Assistência Psicossocial
Linha de tendência	2009: 81,06%; 2012: 69,72%	
Meta	Alcançar 80% de avaliações positivas, até 2014	
	2013: 70%; 2014: 80%	

Indicador 29 – Índice de capacitação		
O que mede	Mede a quantidade média de horas em capacitação por servidor e magistrado	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Executiva da Escola Judicial	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria Executiva da Escola Judicial e Secretaria de Gestão de Pessoas	
Por que medir	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas	
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade média de horas de capacitação/Total de servidores e magistrados	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)		Responsáveis
	Quantidade média de horas de capacitação	Gestor da Secretaria Executiva da Escola Judicial
	Total de magistrados e servidores	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Proporcionar capacitação de no mínimo 20 horas <i>per capita</i> no período	
	2013: 15 horas <i>per capita</i> ; 2014: 20 horas <i>per capita</i>	
Indicador 30 – Índice de capacitação individual		
O que mede	Mede a quantidade de servidores com pelo menos uma capacitação anual	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Executiva da Escola Judicial	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria Executiva da Escola Judicial	
Por que medir	Capacitar todos os servidores, com carga horária mínima 8 horas-aula	
Como medir (fórmula de cálculo)	Quantidade de servidores capacitados com pelo menos 8 horas-aula no período	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de servidores com carga horária mínima de 8 horas de capacitação no período	Responsáveis Gestor da Secretaria Executiva da Escola Judicial
	Número de servidores ativos	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Atingir 80% do total de servidores com carga horária mínima de 8 horas-aula	
	2013: 70%; 2014: 80%	
Indicador 31 – Índice de absenteísmo		
O que mede	As ausências de servidores em determinado período	
Responsável pelo indicador	Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Seção de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho	
Por que medir	Reduzir o índice de absenteísmo	
Como medir (fórmula de cálculo)	$\left[\frac{\text{Número de ausências de servidores no período}}{\text{Número de servidores} \times \text{Quantidade de dias úteis no período}} \right] \times 100$	
Polaridade	Para baixo	
Parâmetros (o que mede)	Número de ausências de servidores no período	Responsáveis Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde
	Número de servidores	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
	Quantidade de dias úteis no período	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2009: 4,4%; 2010: 4,52%, 2011: 4,51%; 2012: 3,35%	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	2009: 4,4%; 2010: 4,52%, 2011: 4,51%; 2012: 3,35%
Meta	Alcançar 2% o índice de absenteísmo, até 2014
	2013: 3%; 2014: 2%

Indicador 32 – Índice de prevenção a saúde		
O que mede	Número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo	
Responsável pelo indicador	Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Núcleo de Assistência à Saúde e Secretaria de Gestão de Pessoas	
Por que medir	Melhorar a qualidade de vida e a saúde dos servidores e magistrados	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo/Total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/2009) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo	Responsáveis Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde
	Total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/2009	Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de tendência	2010: 23,31%; 2011: 74,32%, 2012: 30,04%	
Meta	Alcançar 80% dos magistrados, servidores, requisitados e estagiários ativos com exames médicos preventivos realizados	
	2013: 70%; 2014: 80%	

Indicador 33 – Índice de cumprimento das metas do PETIC		
O que mede	O índice de metas do PETIC alcançadas	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Por que medir	Aferir o cumprimento das metas do PETIC	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Número de metas do PETIC cumpridas/Número Total de metas do PETIC)*100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Número de metas do PETIC cumpridas	Responsáveis Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
	Número Total de metas do PETIC	Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Linha de tendência	Dado inexistente	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	Dado inexistente
Meta	Atingir pelo menos 80% das metas do PETIC integralmente cumpridas
	2013: 70% 2014: 80%

Indicador 34 – Índice de sucesso na execução de projetos de TIC		
O que mede	O cumprimento dos projetos estabelecidos no PETIC	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Por que medir	A efetividade dos projetos do PETIC	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Quantidade de projetos de TIC concluídos dentro do prazo e escopo acordados/Quantidade de projetos concluídos) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Quantidade de projetos de TIC concluídos dentro do prazo e escopo acordados	Responsáveis
	Quantidade de projetos concluídos	Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Linha de tendência	Dado inexistente	
Meta	Alcançar 80% dos projetos de TIC concluídos dentro do prazo e escopo acordados	
	2013: 70%; 2014: 80%	

Indicador 35 – Índice de implantação do Processo Judicial Eletrônico		
O que mede	A quantidade de Varas do Trabalho com o PJe-JT implantado	
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Secretaria Judiciária e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Por que medir	Aferir a evolução de implantação do PJe-JT na jurisdição	
Como medir (fórmula de cálculo)	(Número de varas do tribunal com PJe implantado/Total de varas do Tribunal) x 100	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Número de varas do tribunal com PJe implantado	Responsáveis
	Total de varas do Tribunal	Gestor da Secretaria Judiciária
Linha de tendência	2012: o PJe foi implantado nas varas de Ouro Preto, Jarú, 1ª e 2ª de Ariquemes,	

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Meta	Implantar o PJe em 100% das Varas do Trabalho, até 2014	
	2013: 50% (17 varas); 2014: 100% (32 varas)	
Indicador 36 – Índice de condições de trabalho		
O que mede	Os itens atendidos da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego	
Responsável pelo indicador	Diretor-Geral das Secretarias	
Periodicidade	Trimestral	
Onde medir	Núcleo de Assistência à Saúde	
Por que medir	Prover os recursos necessários que permitam o bom desempenho no trabalho, garantindo condições de saúde e segurança aos magistrados e servidores	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Total de itens da NR 17 atendidos} / \text{Total de itens da NR 17}) \times 100$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Total de itens da NR 17 atendidos	Responsáveis Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde
	Total de itens da NR 17	Gestor do Núcleo de Assistência à Saúde
Linha de tendência	2012: 80%	
Meta	Atender 100% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	
	2013: 90%; 2014: 100%	
Indicador 37 – Índice de Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica		
O que mede	O número de unidades da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre que dispõe de segurança armada e/ou eletrônica	
Responsável pelo indicador	Gestor da Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança	
Periodicidade	Mensal	
Onde medir	Seção de Transporte e Segurança	
Por que medir	Avaliar o grau de segurança nas unidades do Tribunal	
Como medir (fórmula de cálculo)	$(\text{Número de unidades consideradas seguras} / \text{Total de unidades do Tribunal}) \times 100$	
Polaridade	Para cima	
Parâmetros (o que mede)	Número de unidades consideradas seguras	Responsáveis Gestor da Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança
	Total de unidades do Tribunal	Gestor da Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança

Detalhamento dos Indicadores Estratégicos

Linha de tendência	2010: 40%, 2011: 48%; 2012: 48% (foram consideradas seguras somente as unidades que dispõem de segurança patrimonial armada própria e/ou terceirizada 24 horas, sem contabilizar as com monitoramento eletrônico)
Meta	Manter 100% das unidades seguras
	2013: 96%; 2014: 100%

Indicador 38 – Índice de Satisfação Social	
O que mede	A satisfação do cidadão-usuário com os serviços prestados pelo tribunal nos estados de Rondônia e Acre
Responsável pelo indicador	Gestor da Secretaria Judiciária
Periodicidade	Anual
Onde medir	Secretaria Judiciária
Por que medir	Avaliar o índice de satisfação pelos serviços prestados
Como medir (fórmula de cálculo)	Resultado da Pesquisa de Satisfação aplicada anualmente
Polaridade	Para cima
Parâmetros (o que mede)	
	Aguardar definição do CSJT
	Responsáveis
	Gestor da Secretaria Judiciária
Linha de tendência	
Meta	A definir
	2013: a definir; 2014: a definir

Indicador 39 – Índice de atraso na tramitação dos processos	
O que mede	Atraso na tramitação dos processos
Responsável pelo indicador	Secretaria Judiciária
Periodicidade	Mensal
Onde medir	Secretaria Judiciária
Por que medir	Agilizar os trâmites judiciais e administrativos
Como medir (fórmula de cálculo)	Casos Novos Pendentes/Total de Processos Baixados
Polaridade	Para baixo
Parâmetros (o que mede)	
	Casos Novos Pendentes
	Total de Processos Baixados
	Responsáveis
	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
	Gestor da Secretaria da Corregedoria Regional
Linha de tendência	
Meta	A definir
	2013: a definir; 2014: a definir

6 ALINHAMENTO DOS INDICADORES AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1 – Perspectiva: Cidadão e Sociedade

1.1 – Tema: Acesso ao sistema de justiça e efetividade

a) **Objetivo Estratégico:** Ampliar o acesso à Justiça do Trabalho da 14ª Região

Descrição do Objetivo: Ampliar o acesso à Justiça do Trabalho da 14ª Região, sob os aspectos de estrutura física, logística, formas de divulgação das atividades desenvolvidas pelas Varas Itinerantes, peticionamento eletrônico, Carta de Serviços ao Cidadão, entre outras ações que propiciem a ampliação do acesso à informação pelo cidadão.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Secretaria Judiciária

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de Acesso à Justiça

b) **Objetivo Estratégico:** Garantir a efetividade da Justiça do Trabalho da 14ª Região

Descrição do Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, no sentido de assegurar o cumprimento das decisões emanadas da Justiça do Trabalho, com a finalidade de alcançar resultados concretos dos direitos reconhecidos na fase cognitiva, melhorando o grau de satisfação do usuário com a prestação dos serviços realizados pelo TRT da 14ª Região.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Secretaria Judiciária

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (1º grau)

Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (2º grau)

Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau)

Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (1º grau)

Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (2º grau)

Índice de atendimento da Demanda (1º e 2º graus)

Índice de atendimento da Demanda na execução

Número de processos antigos

1.2 – Tema: Responsabilidade Socioambiental

Objetivo Estratégico: Ampliar o relacionamento com a Sociedade

Descrição do Objetivo: Consolidar e intensificar as ações de responsabilidade socioambiental. Difundir a cultura de responsabilidade social e ambiental a partir da divulgação de ações que protejam o meio ambiente e melhorem o bem-estar da sociedade.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Secretaria Judiciária

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de responsabilidade social

Índice de redução do consumo de papel

Índice de redução do consumo de água

Índice de redução do consumo de energia

1.3 – Tema: Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico: Melhorar as relações interinstitucionais e entre as Unidades

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Descrição do Objetivo: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Unidades do Regional.

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de desdobramento da estratégia nas unidades do Regional

Índice de Cooperação

Índice de Sucesso na execução dos projetos estratégicos

Índice de cumprimento das metas nacionais

Índice de cumprimento das metas regionais

2 – Perspectiva: Orçamento

2.1 – Tema: Orçamento

Objetivo Estratégico: Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Diretoria-Geral das Secretarias.

Descrição do Objetivo: Alinhar a gestão orçamentária com as estratégias e os planos definidos no desdobramento do PEP 2009/2014. Acompanhar a execução orçamentária e racionalizar custos operacionais em consonância com o planejamento.

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de execução do orçamento estratégico

Índice de execução orçamentária

Índice de consumo de papel

Índice de consumo de água

Índice de consumo de energia

3 – Perspectiva: Processos internos

3.1 – Tema: Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico: Inovar e/ou aperfeiçoar as práticas de gestão dos processos organizacionais

Descrição do Objetivo: Aumentar a eficiência operacional, por meio da simplificação e padronização de processos e rotinas de trabalho e do desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação para dar celeridade aos procedimentos administrativos e finalísticos, bem como manter as informações atualizadas, consistentes e alinhadas com as prioridades estratégicas.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (Pregão)

Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)

Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93

Índice de agilidade na publicação de acórdãos

Índice médio de tempo de tramitação

3.2 – Tema: Atuação Institucional

Objetivo Estratégico: Melhorar a comunicação interna e externa

Responsável pelo Objetivo: Assessoria de Comunicação Social

Descrição do Objetivo: Ampliar e intensificar os fluxos comunicacionais, dando maior publicidade à atuação do Tribunal com ênfase à divulgação dos seus atos, decisões, programas e ações.

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de divulgação na mídia

índice de cumprimento do plano de comunicação

4 – Perspectiva: Capital Humano e Crescimento Organizacional

4.1 – Tema: Gestão de Pessoas

a) Objetivo Estratégico: Estimular as pessoas para desenvolverem e utilizarem seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias da instituição.

Descrição do Objetivo: Melhorar o clima organizacional e garantir força de trabalho capacitada para a execução da estratégica.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de clima organizacional

Índice de capacitação

Índice de capacitação individual

b) Objetivo Estratégico: Promover a saúde física e emocional das pessoas

Descrição do Objetivo: Consolidar e intensificar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho de modo que promova o bem-estar das pessoas que integram a organização, por meio de ações que valorizem a dignidade humana, o relacionamento interpessoal, a qualidade de vida e a satisfação para o trabalho.

Responsável pelo Objetivo: Núcleo de Assistência à Saúde

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de absenteísmo

Índice de prevenção a saúde

4.2 – Tema: Infraestrutura e Tecnologia

a) Objetivo Estratégico: Prover o Regional de recursos tecnológicos adequados

Descrição do Objetivo: Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia. Ampliar a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de cumprimento das metas do PETIC

Índice de sucesso na execução de projetos de TIC

Implantação do Processo Judicial Eletrônico

b) Objetivo Estratégico: Prover o Regional de estrutura física adequada para a prestação de seus serviços.

Descrição do Objetivo: Melhorar a estrutura das unidades, incluindo instalações físicas e mobiliários adequados que promovam à acessibilidade aos usuários e melhores condições de trabalho.

Responsável pelo Objetivo: Gestor da Diretoria-Geral das Secretarias

Indicadores relacionados ao Objetivo:

Índice de condições de trabalho

Índice de Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica

7 PLANO DE METAS REGIONAIS PARA 2013/2014

Indicadores	Metas regionais		Responsáveis
	2013	2014	
Indicador 1 - Índice de acesso à Justiça	Meta 1 - Ampliar em 10% o acesso da Justiça do Trabalho com o cidadão	Ampliar em 15% o acesso da Justiça do Trabalho com o cidadão	Secretaria Judiciária
Indicador 2 - Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (1º grau)	Meta 2 - Reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau	Secretaria Judiciária
Indicador 3 - Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (2º grau)	Meta 3 - Reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 2º grau	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 2º grau	Secretaria Judiciária
Indicador 4 - Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau)	Meta 4 - Reduzir em 10% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º grau	Reduzir em 15% a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º grau	Secretaria Judiciária
Indicador 5 - Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (1º grau)	Meta 5 - Aumentar em 10% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 1º grau	Aumentar em 15% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 1º grau	Secretaria Judiciária
Indicador 6 - Produtividade de magistrados na fase de conhecimento (2º grau)	Meta 6 - Aumentar em 5% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 2º grau	Aumentar em 10% a produtividade dos magistrados na fase de conhecimento no 2º grau	Gestor da Secretaria Judiciária
Indicador 7 - Índice de atendimento da Demanda (1º e 2º graus)	Meta 7 - Manter em 100% o atendimento à demanda dos processos baixados em relação aos casos novos no 1º e 2º graus	Manter em 100% o atendimento à demanda dos processos baixados em relação aos casos novos no 1º e 2º graus	Gestor da Secretaria Judiciária
Indicador 8 - Índice de atendimento da demanda na execução	Meta 8 - Manter em 70% o atendimento à demanda dos processos baixados de execução em relação aos casos novos de execução no 1º grau	Manter em 80% o atendimento à demanda dos processos baixados de execução em relação aos casos novos de execução no 1º grau	Gestor da Secretaria Judiciária
Indicador 9 - Número de processos antigos	Meta 9 - Zerar até o dia 15 de dezembro de cada ano os processos distribuídos até o dia 31 do ano anterior	Zerar até o dia 15 de dezembro de cada ano os processos distribuídos até o dia 31 do ano anterior	Secretaria Judiciária

Plano de Metas Regionais para 2013/2014

Indicadores	Metas regionais		Responsáveis
	2013	2014	
Indicador 10 - Índice de responsabilidade social	Meta 10 - Alcançar 12.000 pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais	Alcançar 13.000 pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais	Secretaria Judiciária
Indicador 11 - Índice de consumo de papel	Meta 11 - Reduzir em 25% o consumo <i>per capita</i> de papel A4	Reduzir em 30% o consumo <i>per capita</i> de papel A4	Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio
Indicador 12 - Índice de consumo de água	Meta 12 - Reduzir em 10% o consumo <i>per capita</i> de água	Reduzir em 20% o consumo <i>per capita</i> de água	Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança
Indicador 13 - Índice de consumo de energia	Meta 13 - Reduzir em 12% o consumo <i>per capita</i> de energia elétrica	Reduzir em 18% o consumo <i>per capita</i> de energia elétrica	Diretoria de Serviços de Logística, Infraestrutura e Segurança
Indicador 14 - Índice de desdobramento da estratégia nas unidades do Regional	Meta 14 - Alcançar 37% das Varas do Trabalho com mapas de contribuição	Alcançar 50% das Varas do Trabalho com mapas de contribuição	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Indicador 15 - Índice de Cooperação	Meta 15 - Alcançar 90% das parcerias vigentes com resultados concretos nos últimos 12 meses	Alcançar 100% das parcerias vigentes com resultados concretos nos últimos 12 meses	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Indicador 16 - Índice de Sucesso na execução dos projetos estratégicos	Meta 16 - Alcançar 80% dos projetos estratégicos concluídos dentro do cronograma, escopo e custo previstos	Alcançar 90% dos projetos estratégicos concluídos dentro do cronograma, escopo e custo previstos	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Indicador 17 - Índice de cumprimento das metas nacionais	Meta 17 - Alcançar 100% das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça	Alcançar 100% das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Indicador 18 - Índice de cumprimento das metas regionais	Meta 18 - Alcançar 80% das metas estratégicas do plano do tribunal	Alcançar 90% das metas estratégicas do plano do tribunal	Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Plano de Metas Regionais para 2013/2014

Indicadores	Metas regionais		Responsáveis
	2013	2014	
Indicador 19 - Índice de execução do orçamento estratégico	Meta 19 - Executar 100% do orçamento destinado para as iniciativas estratégicas	Executar 100% do orçamento destinado para as iniciativas estratégicas	Diretoria-Geral das Secretarias
Indicador 20 - Índice de execução orçamentária	Meta 20 - Executar 100% do orçamento geral	Executar 100% do orçamento geral	Diretoria-Geral das Secretarias
Indicador 21 - Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (Pregão)	Meta 21 - Alcançar o prazo médio de até 90 dias, nas aquisições de bens e serviços, na modalidade pregão	Alcançar o prazo médio de até 80 dias nas aquisições de bens e serviços, na modalidade pregão	Secretaria Administrativa
Indicador 22 - Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	Meta 22 - Alcançar o prazo médio de até 20 dias, nas aquisições de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	Alcançar o prazo médio de até 15 dias, nas aquisições de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, I e II da Lei 8.666/93)	Secretaria Administrativa
Indicador 23 - Prazo médio de tempo de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços – dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	Meta 23 - Alcançar o prazo médio de até 20 dias, nas aquisições de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	Alcançar o prazo médio de até 15 dias, nas aquisições de bens e serviços, por dispensa (Art. 24, III a XXIX) e inexigibilidade (Art. 25) da Lei 8.666/93	Secretaria Administrativa
Indicador 24 - Índice de agilidade na publicação de acórdãos	Meta 24 - Publicar 95% dos acórdãos em até 48 horas	Publicar 95% dos acórdãos em até 48 horas	Secretaria da 2ª Turma de Julgamento
Indicador 25 - Índice médio de tempo de tramitação	Meta 25 – Diminuir em 10% o tempo médio de tramitação do processo judicial do ajuizamento da ação no 1º grau até a baixa no 2º grau	Diminuir em 15% o tempo médio de tramitação do processo judicial do ajuizamento da ação no 1º grau até a baixa no 2º grau	Secretaria Judiciária

Plano de Metas Regionais para 2013/2014

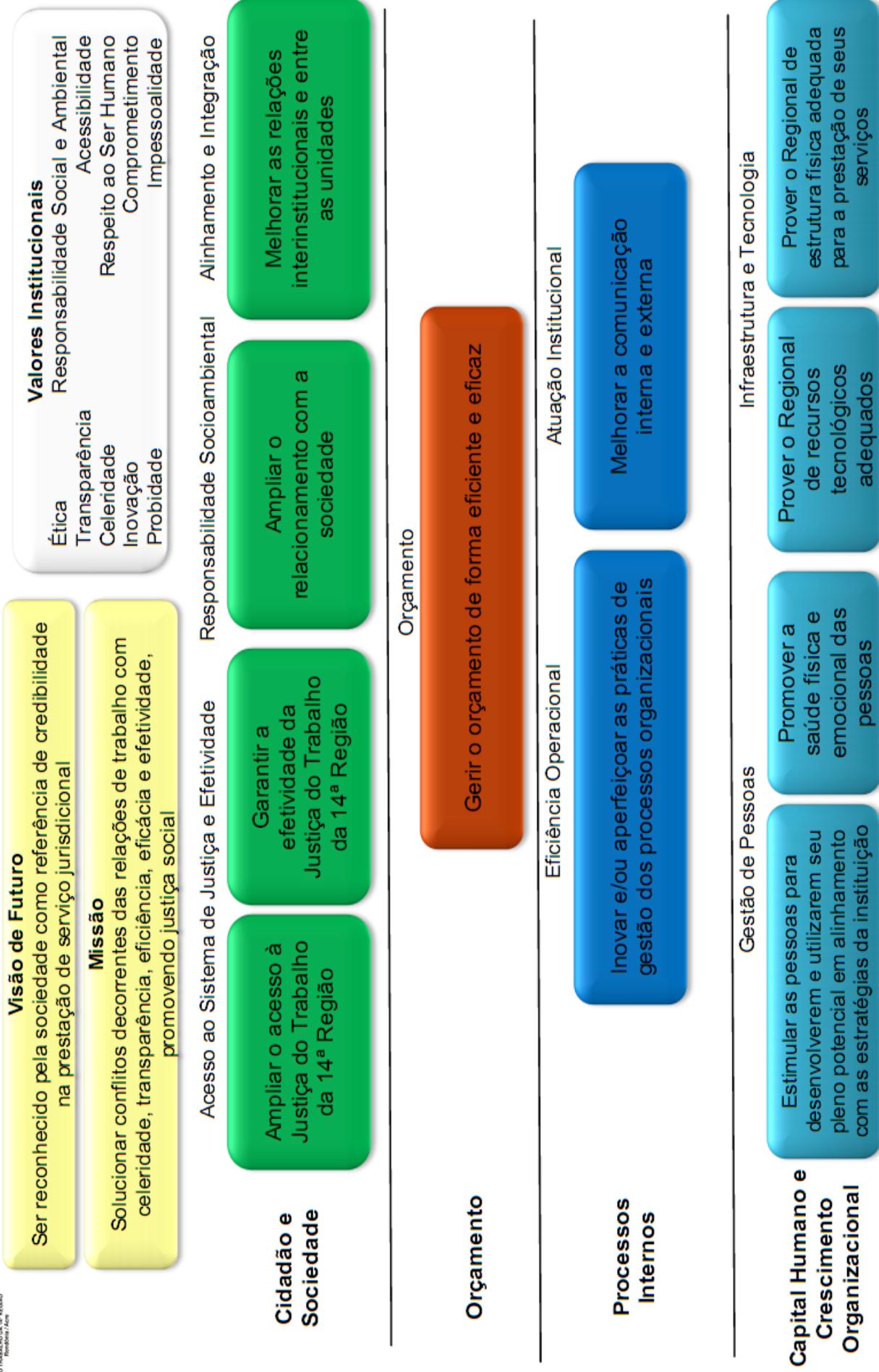
Indicadores	Metas regionais		Responsáveis
	2013	2014	
Indicador 26 - Índice de divulgação na mídia	Meta 26 - Alcançar a média de 100 publicações mensais sobre o tribunal veiculadas na mídia (pelos órgãos de comunicação: <i>sites</i> , <i>blogs</i> , jornais, televisões, rádios e mídias sociais)	Alcançar a média de 100 publicações mensais sobre o tribunal veiculadas na mídia (pelos órgãos de comunicação: <i>sites</i> , <i>blogs</i> , jornais, televisões, rádios e mídias sociais)	Assessoria de Comunicação Social
Indicador 27 - Índice de sucesso na execução do plano de comunicação	Meta 27 - Executar pelo menos 70% das ações do plano de comunicação dentro do prazo e escopo acordados	Executar pelo menos 80% das ações do plano de comunicação dentro do prazo e escopo acordados	Assessoria de Comunicação Social
Indicador 28 - Índice de clima organizacional	Meta 28 - Alcançar 70% de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional	Alcançar 80% de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional	Núcleo de Assistência à Saúde
Indicador 29 - Índice de capacitação	Meta 29 - Proporcionar capacitação de no mínimo 15 horas <i>per capita</i> no período	Proporcionar capacitação de no mínimo 20 horas <i>per capita</i> no período	Secretaria Executiva da Escola Judicial
Indicador 30 - Índice de capacitação individual	Meta 30 - Atingir 70% do total de servidores com carga horária mínima de 8 horas-aula	Atingir 80% do total de servidores com carga horária mínima de 8 horas-aula	Secretaria Executiva da Escola Judicial
Indicador 31 - Índice de absenteísmo	Meta 31 - Alcançar 3% o índice de absenteísmo	Alcançar 2% o índice de absenteísmo	Núcleo de Assistência à Saúde
Indicador 32 - Índice de prevenção a saúde	Meta 32 - Alcançar 70% dos magistrados, servidores, requisitados e estagiários ativos com exames médicos preventivos realizados	Alcançar 80% dos magistrados, servidores, requisitados e estagiários ativos com exames médicos preventivos realizados	Núcleo de Assistência à Saúde
Indicador 33 - Índice de cumprimento das metas do PETIC	Meta 33 - Atingir pelo menos 70% das metas do PETIC integralmente cumpridas	Atingir pelo menos 80% das metas do PETIC integralmente cumpridas	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano de Metas Regionais para 2013/2014

Indicadores	Metas regionais		Responsáveis
	2013	2014	
Indicador 34 - Índice de sucesso na execução de projetos de TIC	Meta 34 - Alcançar 70% dos projetos de TIC concluídos dentro do prazo e escopo acordados	Alcançar 80% dos projetos de TIC concluídos dentro do prazo e escopo acordados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Indicador 35 - Índice de implantação do Processo Judicial Eletrônico	Meta 35 - Implantar o PJe em 50% das Varas do Trabalho	Implantar o PJe em 100% das Varas do Trabalho	Secretaria Judiciária
Indicador 36 - Índice de condições de trabalho	Meta 36 - Atender 90% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	Atender 100% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	Diretor-Geral das Secretarias
Indicador 37 - Índice de Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica	Meta 37 - Manter 96% das unidades do Regional com segurança patrimonial armada própria e/ou terceirizada no período de 24 horas, ou 12 horas complementado o restante do período com serviços de monitoramento eletrônico (cercas elétricas e sensores de presença e/ou câmeras ou similares) em pleno funcionamento	Manter 100% das unidades do Regional com segurança patrimonial armada própria e/ou terceirizada no período de 24 horas, ou 12 horas complementado o restante do período com serviços de monitoramento eletrônico (cercas elétricas e sensores de presença e/ou câmeras ou similares) em pleno funcionamento	Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança
Indicador 38 - Índice de Satisfação Social	Aguardar definição do CSJT	Aguardar definição do CSJT	Secretaria Judiciária
Indicador 39 - Índice de atraso na tramitação dos processos	Aguardar definição do CSJT	Aguardar definição do CSJT	Secretaria Judiciária

8 EIXOS CENTRAIS PARA 2013/2014

EIXOS	AÇÕES ESTRUTURANTES
1. Efetividade na Prestação Jurisdicional	Implantação do Núcleo de Execução
	Envolvimento dos gestores nas ações de execução
2. Simplificação e melhoria dos processos e rotinas de trabalho nas unidades administrativas	Conclusão do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT 14ª Região
	Implantação do Processo Administrativo Eletrônico
	Implementação da Correição Participativa nos Processos Judiciais
	Implementação do projeto Teletrabalho
	Implantação de Correição nos Processos Administrativos
3. Fortalecimento da Força de Trabalho	Implementação do Banco de Talentos do TRT 14ª Região
	Implementação do projeto Gestão por Competência
	Implementação das ações previstas no projeto de governança de TI



Somos Todos Gestores

Produção:
Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Impressão:
Núcleo de Serviços Gráficos

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Rua Almirante Barroso, 600 – Mocambo – 76.801-089 – Porto Velho/RO
(69)3211-6363
www.trt14.jus.br
